

Constituinte aprova ação popular e entra em recesso

BRASÍLIA — Por 372 votos contra dois e três abstenções, foi aprovado ontem, pela Constituinte, dispositivo que assegura a qualquer cidadão o direito de propor ação popular para anular atos lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ou de entidade de que o Estado participe. Conforme acordo firmado entre o Centrão e as lideranças partidárias, o texto aprovado corresponde à fusão dos dispositivos que constavam do projeto da Comissão de Sistematização e do substitutivo do grupo. A Constituinte iniciou ontem recesso de sete

dias.

O texto assegura que o autor da ação não pagará custas judiciais, salvo se comprovada a má fé. Os acordos permitirão que o plenário aprovasse mais quatro parágrafos do Artigo 6º, que trata dos Direitos e Garantias Individuais. Foi aprovada por 355 votos a emenda do Deputado Gerson Peres (PDS-PA), que assegura a gratuidade do registro de nascimento, atestado de óbito e de outros atos necessários ao exercício da cidadania para as pessoas reconhecidamente pobres na forma da lei.

O plenário decidiu também que a organização do Tribunal do Júri

será estabelecida por lei ordinária. A emenda, aprovada por 393 Constituintes restabeleceu o texto da Sistematização, assegurando o sigilo das votações, a plenitude de defesa e a soberania dos veredictos. Além disso, assegura a competência do TJ para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

A aprovação desse destaque — requerido pelo Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) — foi garantida por acordo em plenário, em troca da votação da emenda do Deputado Vasco Alves (PMDB-ES), solicitada por um dos Líderes do Centrão, o Deputado Gastone Righi (PTB-SP). Ela reconhe-

cia a competência do TJ para o julgamento de crimes contra a economia popular, o patrimônio público e o meio ambiente. Mas membros do Centrão, PMDB e PFL dividiram-se quanto ao apoio à emenda, que, por isso, recebeu apenas 215 votos favoráveis e 152 contrários. Foi rejeitada porque não atingiu os 280 votos necessários à aprovação.

O plenário aprovou por 305 votos dispositivo que assegura gratuidade do habeas corpus no caso de ameaça de violência ou coação na liberdade de locomoção e do habeas data para acesso a informações pessoais pertencentes aos registros públicos.

Carnaval e greve esvaziam plenário

BRASÍLIA — A proximidade do carnaval e a interrupção dos voos, prevista para hoje, em consequência da iminente greve dos aeroviários, provocaram a queda do número de parlamentares na sessão de ontem. As 13h30m, não havia mais o quorum mínimo de 280 parlamentares. O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, convocou a próxima sessão para a tarde do dia 18 e anunciou que, para tirar a diferença e ganhar tempo, o plenário se reunirá sábado e domingo após o carnaval.

Ulysses anunciou a decisão de desconvocar a sessão marcada para hoje depois que o Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) avisara aos congressistas que os aeroviários aprovaram a greve.

Pouco antes, o Ulysses prorrogara a sessão — iniciada às 8h30m, com prazo para encerramento às 13h30m — até as 15h. Esperava pelo menos adiantar as votações relativas ao Artigo 6º da nova Carta, que representa todo o Capítulo I do Título II, sobre os Direitos Individuais e Coletivos.

Mas não conseguiu. O quorum — que chegou ao máximo de 397

dos 559 Constituintes — foi caindo gradativamente até chegar a 260 parlamentares. E a sessão não pôde continuar. A medida que o número de Constituintes se reduzia, alguns apelavam para que Ulysses fechasse a sessão. Mas o Presidente da Constituinte se manteve irredutível: só quando não havia mais quorum, por volta das 13h30m, ela foi encerrada.

Enquanto isso, muitos cuidaram de se alimentar, como o Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que comeu um sanduíche no canto do plenário, e a Deputada Moema Santiago (PDT-CE), que preferiu uvas. Muitos entraram no plenário mastigando na hora da votação.

Houve até mesmo quem entrasse pronto para sair direto para o aeroporto, como o Deputado Valdo Barbosa (PDT-RJ), que chegou de mala nas mãos. Depois que a greve foi anunciada, muitos foram embora, apesar do protesto do Deputado José Genoíno (PT-SP), que pedia solidariedade para o movimento dos aeroviários e criticava a imprensa em deixar Brasília.

APROVADO O 'HABEAS DATA'

Parágrafos finais

BRASÍLIA — A Constituinte aprovou ontem os parágrafos finais do Artigo 6º, com a seguinte redação:

§ 52º — Conceder-se-á habeas data...

II — Para retificação de dados em não se preferindo fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

§ 53º — Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, e do patrimônio histórico e cultural. O autor da ação é isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada a má fé.

§ 54º — É reconhecida a instituição do júri com a organização que lhe der a lei, assegurados o sigilo das votações, a plenitude de defesa, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

§ 55º — Cabe a ação de inconstitucionalidade contra ato ou omissão que fira preceito desta Constituição.

§ 56º — As ações previstas nos parágrafos 48º e 52º são gratuitas.

§ 57º — São gratuitos aos reconhecidamente pobres na forma da lei o registro civil de nascimento e o atestado de óbito bem como os demais atos necessários ao exercício da cidadania.

§ 58º — O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

§ 59º — Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir a eficácia desta disposição.

§ 60º — Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais de que o Estado seja parte.

§ 61º — As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

'Centro Democrático' se afasta do Centrão e lança manifesto

BRASÍLIA — O Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, recebeu ontem manifesto assinado por 61 parlamentares peemedebistas do grupo "Centro Democrático", no qual informam que se desligaram do Centrão. Os articuladores do grupo afirmaram que, a partir de agora, não terão qualquer compromisso de acompanhar o Centrão nas votações da Constituinte e sustentaram que o fato de terem assinado a lista propondo a mudança do Regimento não os caracteriza como centristas.

No manifesto — também entregue aos Líderes do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, e na Câmara, Ibsen Pinheiro —, os signatários deixam claro que buscam uma posição coerente com a linha programática do PMDB, "sem se atrelar a quaisquer agrupamentos com os quais não guardam compromissos partidários ou ideológicos". Sustentam a necessidade de a Constituição ser promulgada o mais rápido possível e se comprometem a atuar contra qualquer tentativa protelatória.

Satisfeito com o documento, que recebeu de uma comissão de oito integrantes do "Centro Democrático", Ulysses Guimarães



Expedito: apoio ao PMDB

ressaltou a importância do manifesto, principalmente por "buscar a unidade do PMDB".

— Em torno dessa ideia de unidade fortalecemos o PMDB — disse o Presidente da Constituinte, que está tentando evitar o afastamento do partido de integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP).



Marcos Lima critica Lourenço

O Deputado Expedito Machado (CE) informou que os articuladores do grupo prepararam um questionário, praticamente pronto, a ser distribuído a seus integrantes para verificar se desejam concorrer à Liderança e qual o candidato ideal para o cargo. O Deputado Ubiratan Aguiar (CE) acha, contudo, que esta questão

deve, a partir de agora, ser discutida entre o grupo e o Senador Mário Covas, para não aumentar as cisões internas no PMDB.

Para Ubiratan, a tendência do grupo é acompanhar a Liderança do partido nas votações da Constituinte. Ele ressaltou, no entanto, que os parlamentares deverão manter independência em decisões como o mandato presidencial e a estabilidade no emprego.

Expedito — que deseja disputar a Liderança do PMDB na Câmara — afirmou que o "Centro Democrático" sempre foi marginalizado dentro do partido, mas que agora precisa lutar pela unidade.

— Nosso compromisso com o Centrão só se concretizou quando assinamos o requerimento para a mudança do Regimento Interno da Constituinte. Agora lutaremos dentro do nosso partido.

O Deputado Marcos Lima (MG), que encabeça a lista dos signatários, foi também um dos principais incentivadores da dissidência do "Centro Democrático". Segundo ele, o grupo não poderia mais ser rotulado de Centrão e, ao mesmo tempo, ser manipulado por lideranças de outros partidos, como José Loureço (PFL), Amaral Netto (PDS) e Gastone Righi (PTB).

Líderes garantem que maioria será mantida

BRASÍLIA — Líderes do Centrão garantiram ontem que o grupo terá maioria em plenário para a aprovação de suas teses, apesar do desligamento de integrantes do "Centro Democrático". Eles admitem que o grupo se enfraqueceu, mas não deixará de manter sua unidade doutrinária na busca de um texto constitucional mais liberal e menos estatizante. Para eles, a fragmentação do Centrão será superada com melhor articulação interna e mais negociação externa.

O Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) não demonstrou preocupação quando soube que integrantes do "Centro Democrático" formalizaram seu desligamento do Centrão.

— O que nos uniu foi a parte temática, a necessidade de elaborar um texto mais liberal. Pelo que tenho conversado com o Líder formal do "Centro Democrático", o Deputado Expedito Machado (PMDB-CE), eles continuarão a votar com a gente — disse.

O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), demonstrava a mesma tranquilidade. Para ele, o movimento do "Centro De-

mocrático" não resultará em perda de votos para o Centrão.

— O que está havendo é o retorno dos grupos às suas origens partidárias, mas sem rompimento com o Centrão. Eles tinham deixado os partidos e se voltado para organizações suprapartidárias. Agora retornam, mas sem prejuízo das alianças políticas — afirmou.

O Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) foi mais desconfiado ao analisar a fragmentação do grupo:

— O Centrão deixou de existir como organização, mas continua existindo como estado de espírito.

Entretanto, um fato novo foi admitido por todos: agora, o Centrão não poderá deixar de negociar com os demais grupos da Constituinte.

— Isto é normal. Seria ilusão pensar que o Centrão teria maioria. Quem pensou assim estava iludido ou fazendo jogo de cena para o Palácio do Planalto — afirmou o Deputado Afif Domingos (PL-SP).

Para os principais Líderes do Centrão, a atitude tomada ontem

por parlamentares do "Centro Democrático" tem um objetivo básico: preservar a identidade do PMDB, com a finalidade de ocupar um espaço dentro do partido, pois a Convenção Nacional está próxima.

Segundo Afif-Domingos, ninguém pode confundir ação partidária com postura doutrinária. Ele acha que será muito difícil o "Centro Democrático" votar com o Movimento de Unidade Progressista (MUP) em questões doutrinárias.

— Os Líderes do grupo peemedebista fizeram o movimento apenas para não ficar fora da Convenção.

Luís Eduardo Magalhães também acredita que este tenha sido o principal motivo do afastamento. Ele contou que, segundo alguns peemedebistas do Centrão, o Deputado Expedito Machado (PMDB-CE) pedia adesão ao movimento que encabeçou com o seguinte apelo: a volta ao convívio do PMDB. No momento em que o MUP anuncia seu afastamento do PMDB, disse Luís Eduardo, o "Centro Democrático" terá condições de ocupar um espaço dentro do partido, inclusive com cargos de direção.

Ter e usar

COM OU sem parlamentarismo, é pensamento praticamente unânime na Constituinte que o Legislativo deve ser fortalecido.

VERIFICA-SE agora que 114 decretos-leis foram aprovados por decurso de prazo. Ou seja, o Congresso não se preocupou em exercer, num número considerável de casos, um dos poderes que a atual Constituição já lhe garante: validar ou não medidas tomadas pelo Executivo sem tramitação legislativa.

DENTRO e fora da Constituinte, há consenso quanto à necessidade de uma relação mais equilibrada entre os dois Poderes.

MAS DE pouco adianta dar força a quem não se empenha em usá-la.